

## Rubinho, o campo e a Antropologia

Alexandra Barbosa da Silva

UFPB

alexandrabar01@gmail.com

Rubem Ferreira Thomaz de Almeida imprimia uma marca de positividade ao seu redor. Observando-se que passou por situações muito adversas em campo, isto não deixa de suscitar curiosidade. Por exemplo, na fronteira entre Brasil e Paraguai, no território ocupado pelos Kaiowa/Pa'itavyterã e pelos N'andéva, bem antes do estabelecimento desta mesma fronteira, nos anos de 1970, Rubem passou por uma (nada) velada ameaça de morte. Um homem fora procurá-lo, dizendo que ele tivesse cuidado, pois viver ali “era perigoso”, sendo “a vida frágil”, podendo “se apagar como a chama de uma vela”.

Trabalhando fundamentalmente nesta região, mais precisamente no cone sul de Mato Grosso do Sul, “Rubinho” elaborou os primeiros relatórios especificamente antropológicos de *identificação* de Terras Indígenas dos Kaiowa e dos N'andéva, nos anos de 1980. Prestou assessoria à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ainda em plena ditadura militar. Posteriormente, foi diretor do Greenpeace no Brasil, o primeiro.

A experiência que acumulou ao longo do tempo proporcionou a Rubinho um conhecimento extremamente sólido. Parte dela foi objeto de reflexão num conceituado programa de pós-graduação em antropologia: o do Museu Nacional-UFRJ. Ali, em 1991, defendeu sua dissertação de mestrado, refletindo sobre o projeto que promovera, ainda nos anos de 1970 e 1980: o “PKÑ” (Projeto Kaiowa N'andéva). Esta fora uma experiência de fomento ao cultivo coletivo de roças (as *kokue*). A problematização antropológica deu-se sobre o percurso histórico suscitado pelo desenrolar do projeto – cujo objetivo era uma tentativa de auxiliar reverter a suposta desorganização cultural da qual padeceriam estes indígenas, tal era a visão apresentada por uma literatura antropológica da época, centrada na noção de aculturação. Não por acaso publicada em 2001 sob o título “Do desenvolvimento comunitário à mobilização política”, vê-se ali refletida uma dinâmica em que, reunindo-se para decidir o passo a passo das tarefas a serem realizadas para/nas *kokue*, as comunidades passaram a verbalizar as ameaças que então recebiam de serem expropriadas de suas terras. Participar destas reuniões e de suas discussões fez Rubinho dar-se conta, por um lado, da avaliação altamente acurada sobre sua própria condição sociopolítica

por parte daquelas pessoas; por outro, da sofisticação das reflexões que apresentavam, decorrentes desta avaliação. Tornou-se-lhe, então, mais visível que seu papel de antropólogo, em diversos níveis de interação, era, como ele dizia, o de “seguir as pegadas” produzidas por seus interlocutores indígenas. Com isto, ele evitava o risco de que estes nossos coetâneos (como define Johannes Fabian) possam ser tomados como seres inertes, meros informantes de uma curiosidade externalista e/ou facilmente conduzíveis para e por propósitos que não os seus.

É fundamental observar, com este exemplo, que Rubem fez parte de um leque de profissionais que se dedicou (e se dedica ainda) à Antropologia de um modo integral - ou, antes, uma antropologia em que diversos povos indígenas do país foram e são o foco de uma atenção integral. Significa, isto, uma antropologia em que conhecimento e iniciativas em prol da garantia de direitos e interesses destes mesmos povos não são coisas dissociadas; antes, estas últimas são decorrentes do primeiro. O rigor que pauta um conhecimento antropológico é necessariamente caudatário de uma profunda (e, preferencialmente, longa) imersão do pesquisador nos cotidianos de vida dos povos e grupos sociais com que trabalha, em pesquisa empírica - embora não se esgote nela. A defesa de direitos garantidos a partir do fundamental caráter da condição humana de um indivíduo ou povo, bem como por normas fixadas em lei (como na Constituição Federal), pode ou não vir em decorrência deste conhecimento.

Assim, em seu conjunto, o legado de Rubem integra uma tradição do fazer antropológico muito específica dessa nossa latitude do globo, incitando-nos a pensar sobre como nós, antropólogos e antropólogas de qualquer lugar, produzimos nossa tradição e os nossos rastros.

No campo no qual Rubem foi pioneiro e abriu generosamente caminho para outras gerações, uma postura o caracterizava: a de se disponibilizar ao diálogo com proprietários de terra que desejassem informações. Em certo momento, em 2000, coordenando um Grupo Técnico (GT) de *identificação* de uma terra kaiowa, ele estava parado em frente a um bar, na beira de uma rodovia. Participara de uma reunião com um grupo de fazendeiros, para esclarecimentos sobre os trabalhos do GT; ao final, solicitaram-lhe um novo encontro. No momento combinado, vários homens, em diversos veículos, foram apenas dizer-lhe que o grupo tinha mudado de ideia e que não iriam mais conversar. Voltaram-lhe bruscamente as costas e partiram, produzindo e jogando-lhe em cima uma enorme nuvem da poeira vermelha do chão.

Mas, este episódio não mudou sua maneira de pensar; era necessário manter o diálogo. Deste modo, ele colocava seus conhecimentos à disposição tanto de indí-

genas como de não indígenas.

Anos mais tarde (a partir de 2008), porém, seu nome aparecia continuamente em jornais locais, que informavam aos leitores de sua presença em campo. Tais matérias incitavam abertamente uma resistência aos trabalhos de identificação de terra que ele então conduzia.

No fluxo destes acontecimentos, já no ano de 2015, Rubinho viu seu nome (e o de todos/as os/as antropólogos/as com dedicação de longa data às questões territoriais no estado) arrolado em uma CPI, no Congresso Nacional, instaurada e integrada por parlamentares ruralistas. Esta CPI, que busca criminalizar o trabalho dos/as antropólogos/as, precisamente pela recorrência das pressões anteriores que sofreu, não foi por ele percebida como algo estranho ou extraordinário; era, pensava ele, algo produzido em uma escala e um espaço de maior repercussão e visibilidade.

Em seu legado, o percurso de Rubem se desenhou em mais de quatro décadas. Prestou assessoria a órgãos públicos que se depararam (e se deparam) com sérios e difíceis problemas, envolvendo as superlotadas áreas indígenas criadas pelo Estado brasileiro em Mato Grosso do Sul, ainda no início do século XX. Assim, assessorou o Ministério Público Federal de Dourados e, igualmente, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a ele recorreu para debelar um surto de mortes infantis por desnutrição, nas reservas de Dourados e Amambai. Sua última consultoria lhe foi demandada pela Itaipu Binacional, para auxiliar numa resolução ao problema que o desenrolar das ações da estatal gerou: o do assentamento de comunidades Mbya e Nãndéva.

Ao fim, sem conseguir (nem pretender) neste parco espaço dar conta da densidade de sua trajetória, posso voltar a outras contribuições, igualmente relevantes, estas no âmbito pessoal: à sua disposição para ouvir e dialogar, tornando-o um companheirismo ímpar, mas também à sua leveza e alto astral. Estas foram marcas suas, que o fazem para sempre presente para os que com ele conviveram – indígenas (Kaiowa, Nãndéva e Mbya) e não – sendo o mais citado quando temos conversado, entre pares-colegas-amigos, sobre a nossa estupefação. Com elas, Rubinho não nos possibilitou imaginar a sua partida abrupta; com o seu alto astral, não nos preparou para sermos deixados por ele de um modo como o de quem viaja para um campo sem avisar. Assim, mesmo a vida sendo frágil, como lhe haviam dito, a chama de sua vela não se apaga.

Recebido: 14/08/2018

Aprovado: 15/08/2018